

MAPEAMENTO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE LAZER E ESPORTE DISPONÍVEIS EM OURO PRETO (MG) E SEUS DISTRITOS

Recebido em: 20/06/2022

Aprovado em: 17/08/2022

Licença: 

*Bruno Ocelli Ungheri*¹

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Ouro Preto – MG – Brasil

*Aládia Cristina Rodrigues Medina*²

Centro Universitário Universo (UNIVERSO)
Belo Horizonte – MG – Brasil

*Brisa de Assis Pereira*³

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte – MG – Brasil

RESUMO: O presente estudo advém de uma parceria entre o poder público municipal e a universidade pública, cujo objetivo foi diagnosticar os equipamentos públicos de esporte e lazer em Ouro Preto e seus distritos. Com caráter de estudo descritivo exploratório, a metodologia proposta foi a utilização de um formulário de observação adaptado do Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (GEPLEC) para a classificação dos espaços quanto às condições de manutenção, acessibilidade, mobiliário e vocação. Os dados possibilitaram a criação de fichas catalográficas que sistematizam a avaliação e a classificação de cada um dos 183 equipamentos analisados. Identificou-se a prevalência de estruturas do tipo como Academias ao Ar Livre, Quadras Poliesportivas e Campos de Futebol, bem como a concentração de equipamentos na região central da cidade e dos distritos, limitando o acesso por parte da população.

PALAVRAS-CHAVE: Atividades de lazer. Políticas públicas. Infra-estrutura.

MAPPING OF SPACES AND PUBLIC LEISURE AND SPORT EQUIPMENT AVAILABLE IN OURO PRETO (MG) AND ITS DISTRICTS

¹ Professor da Escola de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutor em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Líder do LAGEP (Laboratório Lazer, Gestão e Política) e do GEPOPS (Grupo de Pesquisa em Gestão, Política Pública e Sociedade). Membro do ORICOLÉ (Laboratório sobre formação e intervenção profissional em lazer).

² Professora do Centro Universitário UNIVERSO BH e Secretária Municipal de Educação Adjunta do município de Nova Lima. Doutora em Estudos do Lazer (UFMG). Membro do Grupo de Estudos de Sociologia e Pedagogia do Esporte e do Lazer (GESPEL/UFMG), Grupo de Pesquisa em Danças (EDUDANÇA/UFMG) e Laboratório de Lazer, Infância e Cidade (CIRANDA/UEMG).

³ Doutoranda (2020) e Mestra (2018) pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (capes). Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer POLIS/UFMG.

ABSTRACT: This study comes from a partnership between the municipal government and the public university, whose objective was to diagnose the public sports and leisure equipment in Ouro Preto and its districts. With an exploratory descriptive study character, the proposed methodology was the use of an observation form adapted from the Study and Research Group on Leisure, Space and City (GEPLEC) for the classification of spaces regarding maintenance conditions, accessibility, furniture and vocation. The data allowed the creation of catalographic records that systematize the evaluation and classification of each of the 183 equipment analyzed. The prevalence of such structures as Outdoor Academies, Sports Courts and Soccer Fields was identified, as well as the concentration of equipment in the central region of the city and districts, limiting access by the population.

KEYWORDS: Leisure activities. Public policies. Infrastructure.

Introdução

Qual o papel do Estado na sociedade? Esse é um questionamento frequente nos debates direcionados às políticas públicas de lazer e esporte, sendo os equipamentos públicos para essa finalidade uma vertente discutida em pesquisas, eventos acadêmicos e no dia a dia das instituições públicas. Marcellino, Barbosa e Mariano (2015), entende que os estudos dedicados a essa temática nascem e se impulsionam pelo processo de urbanização das grandes cidades, chegando a todas as regiões do país, nem tão grandes ou tão urbanizadas. Especula-se que o processo de municipalização experimentado no Brasil, que tem como pano de fundo o pacto federativo, pode ser a chave de compreensão sobre a dinâmica dos espaços e equipamentos públicos para as práticas de lazer e esporte nos municípios.

É imperativo ter em mente que os estudos sobre as políticas públicas devem considerar o *lócus* de sua experimentação, ou seja, as cidades. Sobre isso, Santos (2002) ressalta que as cidades se distinguem umas das outras por objetos fixos e fluxos, os quais conferem significação para os moradores. Significa dizer que os territórios são resultado de processos históricos, que vão além da divisão geográfica e espacial, uma vez que se configuram a partir das relações estabelecidas pelos sujeitos que ali habitam

ou já habitaram. São, portanto, permeados por tradições e manifestações culturais que moldam e legitimam a identidade do lugar. Negar ou “invisibilizar” tal constatação poderia desencadear um processo de artificialização dos espaços públicos e, conseqüentemente, um sentimento de perda por parte da população local.

Ao pensar nos espaços urbanos, Chauí (1989) aponta que em sua configuração deve haver um sentimento de unidade e pertencimento por parte das pessoas, pois são nesses lugares que se concretizam as relações sociais. Em consonância, Santos (1998) ressalta que o espaço da comunidade é constituído pelas relações sociais, exigem regras de comportamento delimitadas pela ausência de violência e busca pela harmonização de interesses, o que expõe a complexidade dos estudos que se debruçam sobre o tema.

Por esse prisma, o olhar crítico para a paisagem das cidades permite compreendê-las de forma amplificada, sendo possível estabelecer um retrato da identidade local, reconhecer seu patrimônio histórico material e imaterial, fornecendo subsídios para tomadas de decisão futuras no âmbito das políticas públicas. Entende-se a política pública como ferramenta adotada por autoridades ou agentes públicos, para estabelecer um curso de ação direcionado à realização de certos fins. Logo, as políticas públicas ocorrem em ambiente tenso e de alta densidade política, marcado por relações de poder entre atores do Estado e da sociedade, nas diferentes esferas do território, em nível nacional e subnacional (RUA, 2012).

Nessa esteira, Marcellino, Barbosa e Mariano (2015) enaltecem que a oferta de espaços e equipamentos públicos de lazer e esporte é fundamental para a democratização dessas práticas, haja visto que o tempo disponível para as experimentar somente se concretiza pela correspondência de um espaço acessível. Cumpre enaltecer que, para fins do presente estudo, os espaços são entendidos como suporte para os equipamentos, vistos como objetos que se organizam pelo ambiente em função de

determinada atividade. Tomando por base a realidade brasileira, Ribeiro (2011) aponta que grande parte das instalações construídas no país atendem parcialmente aos fins para os quais se destinam, especialmente pela ausência de planejamento metódico e racional dos projetos.

Faz-se necessário, portanto, que o poder público, sobretudo o municipal, entenda a importância dos espaços urbanos de lazer e esporte nas cidades, capitaneando ações para a qualificação e profissionalização de sua gestão, cumprindo o papel de garantia dos direitos sociais constitucionalmente posicionados. Ao considerar a identidade cultural do município em que o presente estudo se desenvolve, destaca-se que Ouro Preto é considerado patrimônio histórico mundial, localizado no estado de Minas Gerais. Além do seu “centro histórico”, possui doze distritos que designam a divisão de seu território geográfico, ocorrida principalmente por aspectos de natureza política e administrativa. É reconhecida pelo seu expressivo acervo histórico artístico e cultural, que se manifesta nas casas, nas igrejas e nas demais construções do século XVIII.

Todavia, não se pode perder de vista os dizeres de Castriota (2009) que, ao analisar a memória como princípio da preservação patrimonial da sociedade, afirma que as chamadas cidades históricas muitas vezes sofrem com o apagamento de marcas de sua história local - sedimentada pelos anos - para a criação de símbolos nacionais. O autor aponta que Ouro Preto se enquadra nessa perspectiva e justifica sua afirmativa, principalmente, na influência sofrida pelo movimento modernista, que induziu a valorização dos aspectos arquitetônicos em detrimento dos bens culturais apreendidos a partir das relações sociais.

Ainda na perspectiva de Castriota (2009, p. 131), Ouro Preto é certamente “o mais significativo conjunto da arquitetura colonial brasileira”, o que lhe garantiu fama de primeira cidade brasileira a receber o título de monumento nacional e patrimônio da

humanidade pela UNESCO. Entrementes, se por um lado a política de preservação estabelecida desde 1930, juntamente com a estagnação econômica mantiveram o conjunto arquitetônico, por outro lado criaram um objeto idealizado, desconsiderando a história local e afastando a população da cidade.

Esse é um elemento central para o presente estudo, uma vez que as práticas de lazer são impactadas pela dinâmica social e econômica dos territórios. A partir do exposto, nota-se que Ouro Preto direciona sua agenda para os aspectos ligados ao turismo cultural, que promovem significativas alterações no ordenamento da cidade. Em específico, tomando como referência os equipamentos públicos de lazer e esporte, questiona-se sua implementação e distribuição pelo território, assim como a priorização do potencial econômico dos “objetos idealizados” explorados pelo mercado turístico.

Nesse bojo, inúmeras são as abordagens possíveis de serem mobilizadas no campo acadêmico, mas ao considerar a cultura como pano de fundo, refletir sobre o lazer das cidades se torna tarefa indispensável. Entendendo-o como direito constitucional, a falta de acesso igualitário às suas oportunidades nos municípios brasileiros é um problema social, especialmente pelo caráter multidimensional das cidades. Apesar da existência de um Plano Diretor (OURO PRETO, 2006), que estabelece normas a respeito da oferta e usufruto do lazer e do esporte na cidade, observa-se a urgência de se verificar as condições de acesso ofertadas atualmente aos cidadãos ouro-pretanos. Afinal, o fato de existirem equipamentos de esporte e lazer em espaços públicos não garante a utilização cidadã.

No âmbito do lazer, os aspectos vinculados ao geoprocessamento dos espaços urbanos se valem de métodos que permitem a localização e a qualificação dos equipamentos públicos, auxiliando na determinação de prioridades, na otimização e reorganização do espaço urbano. Emerge daí a perspectiva de “cidade viva”,

referenciada por Negt (2002) como estrutura urbana compacta, com densidade populacional razoável, reorganização do tráfego, segurança e espaços de transição, que amplificam a criação de espaços públicos que suportem a necessidade humana de contato e convivência com aquele/aquilo que se desconhece.

A partir daí, é indispensável compreender as diferentes formas de se pensar as cidades na contemporaneidade, mantendo as características próprias do lugar com aproveitamento da paisagem natural, conectando-as a espaços de lazer e cultura. Nesta direção, Garcia (1997) ressalta que independentemente do tipo ou modelo de espaços públicos adotados pelas cidades, o projeto de modernização do espaço urbano quase sempre incorpora, como valor, a ética e a estética do lazer. Para Harvey (2000), os projetos urbanos devem ser mais sensíveis às tradições próprias da região, às histórias locais, gerando formas arquitetônicas especializadas que podem variar de espaços íntimos ao espetáculo.

Cabe aqui considerar, conforme Lefebvre (2009), que no interior das práticas de lazer e por meio delas os sujeitos, conscientemente ou não, podem realizar a crítica de sua vida cotidiana, respeitadas suas possibilidades. Nesse contexto, vislumbra-se a possibilidade de se estabelecer diferentes perspectivas do lazer na vida das pessoas e das cidades, o que pode ocorrer por meio de uma nova articulação entre espaço e tempo. Têm-se, como consequência primordial, a (re)apropriação do espaço público, que pode possibilitar a reconstrução da vitalidade da cidade.

De tal modo, concorda-se com Rosa (2017) ao compartilhar que se espera do poder público o estímulo às artes e à criatividade, à memória da cidade, à descentralização da cultura (programas em bairros), à animação da cidade e à preservação do patrimônio histórico, exponenciando a busca pela identidade da cidade, que pode se manifestar de diferentes modos a partir da subjetividade de seus moradores.

Vale reconhecer que o lazer e, em sua esteira, o esporte, foram tópicos que o urbanismo moderno estabeleceu como relevantes para o século XX. Assim sendo, pode-se afirmar que os espaços livres e públicos se tornaram uma das principais áreas de encontro e convívio social, com destaque para praças e parques públicos. Não obstante, a manutenção e a animação desses espaços são ferramentas indispensáveis para sua ressignificação e apropriação pelos habitantes.

Nessa ótica, como destaca Mariano (2008), para assegurar o lazer como direito social, as políticas públicas não podem ser resumidas ao excesso de atividades do consumo de massa ou à política de eventos. Devem, também, garantir oportunidades de vivências cotidianas de lazer, disponibilização de equipamentos em boas condições de uso e animação adequada. Justifica-se, portanto, a inserção do lazer e do esporte na agenda nacional das políticas públicas, evidenciando o papel do Estado para sua garantia, não somente pela oferta de práticas, mas pela criação das condições ótimas à sua vivência. Como destaca Rosa (2017), são raras as pesquisas que se dedicam a analisar espaços e equipamentos públicos de lazer e esporte, ainda mais em municípios com vocação turística. Além de lançar luz para um objeto carente de contribuições no âmbito científico, o trabalho tem a possibilidade de fomentar o poder público com informações capazes de qualificar os processos de planejamento, construção, administração e animação de instalações desta natureza.

A partir dos elementos em tela, objetivou-se com o presente estudo, diagnosticar os equipamentos públicos de esporte e lazer presentes em Ouro Preto e seus 12 distritos. Como desdobramentos específicos, optou-se por setorizar os espaços e equipamentos

mapeados, analisar as condições de acesso, uso e permanência dos espaços e equipamentos mapeados, assim como verificar a vocação⁴ das instalações.

Metodologia

Os questionamentos a respeito dos equipamentos de esporte e lazer não são recentes, foram de fundamental importância nas décadas de 1920 e 1930 para as primeiras iniciativas estruturadas no âmbito do lazer, uma vez que são componentes dinâmicos de uma política de lazer, estando em constante transformação (MARCELLINO e MORENO, 2006). Partindo deste princípio, para se mapear os espaços e equipamentos públicos de lazer e esporte disponíveis em Ouro Preto (MG) e seus distritos, optou-se pelo desenvolvimento de uma pesquisa de campo, apoiando-se na perspectiva de Bauer e Aarts (2002) sobre a construção de *corpus* nas ciências sociais. Os autores defendem um escopo de pesquisa crescente, que passa pela seleção preliminar de uma variedade de fontes informacionais, que são analisadas sobre a pertinência ao objeto de estudo e, posteriormente, ampliadas até que não se descubra mais variedade.

A partir desta perspectiva, o objetivo inicial era o de alcançar a totalidade dos espaços e equipamentos de lazer e esporte presentes na sede de Ouro Preto e em seus 12⁵ distritos. Cumpre enaltecer que o presente trabalho se dedica apenas às manifestações físico-esportivas. Ademais, como o estudo não se valeu de um mapa referencial⁶ que clarificasse a quantidade e a localidade dos objetos de análise

⁴ A ideia de vocação presente no trabalho relaciona-se às atividades que o espaço convida o cidadão a experimentar. Engloba os equipamentos disponíveis, suas demarcações, seu relevo e sua paisagem.

⁵ Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura, Lavras Novas, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita de Ouro Preto, Santo Antônio do Leite, São Bartolomeu, Santo Antônio do Salto e a Sede Municipal.

⁶ Vale enaltecer que o trabalho desenvolvido Rosa (2017) auxiliou na compreensão do escopo de pesquisa, uma vez que se debruçou sobre os equipamentos de lazer e esporte de Ouro Preto, buscando

preliminarmente, desencadeou-se um processo de descoberta durante a pesquisa. Logo, formalizou-se em fevereiro de 2020 um projeto de cooperação técnica entre a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP), denominado Projeto Esporte e Lazer Ouro-pretano (ELO), em que um dos objetivos a ser alcançado passou a ser o diagnóstico proposto pelo presente estudo.

Desta feita, criou-se um grupo de trabalho compartilhado por onze membros do Laboratório Lazer, Gestão e Política (LAGEP - UFOP), além de oito profissionais que compõem o quadro da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Ouro Preto (SEMEL), totalizando 19 pesquisadores. Estes, por sua vez, foram divididos em quatro subgrupos que tiveram como atribuição a coleta de dados em itinerários distintos, seguindo a logística delineada pelo Quadro 1, elaborado conjuntamente pelas instituições cooperadas:

Quadro 1: Logística para coleta dos dados.

| GRUPO | COLETA 1 | COLETA 2 | COLETA 3 |
|-------|--|---|---|
| 1 | Distrito Cachoeira do Campo - Lado A | Distritos Santo Antônio do Leite, Engenheiro Correia e Miguel Bournier | Sede do Município Regiões Sudoeste e Oeste |
| 2 | Distrito Cachoeira do Campo - Lado B | Distrito Amarantina | Sede do Município Regiões Sul e Nordeste |
| 3 | Distrito Antônio Pereira | Distritos Rodrigo Silva, São Bartolomeu e Glaura | Sede do Município Regiões Leste e Noroeste |
| 4 | Distrito Santa Rita de Ouro Preto | Distritos Santo Antônio do Salto e Lavras Novas | Sede do Município Regiões Norte e Central |

Fonte: Banco de dados do Projeto ELO.

As equipes de trabalho visitaram em maio de 2021 todas as localidades, registraram imagens dos espaços e equipamentos que se depararam, analisando-os quanto às dimensões preconizadas pelo instrumento de coleta de dados (ANEXO 1). Posteriormente, os dados emergentes foram tabulados, referenciando a criação de fichas

contribuições no campo das políticas públicas. Todavia, além da possibilidade de existência de novos espaços e equipamentos entre 2017 e 2021, ressalta-se que o relatório de dados não contemplou os distritos de Ouro Preto.

catalográficas individuais (ANEXO 2) para todos os 183 espaços e equipamentos identificados nas visitas de campo. Para fins desta pesquisa, as fichas catalográficas foram analisadas segundo a técnica de Análise Documental que, no entendimento de Alves *et al.* (2021), tem os documentos como fonte e objeto de estudo e investigação.

No presente ensaio, a noção de documento se ancora no entendimento desses autores, que o compreendem como resultante de uma combinação de intencionalidades, valores e discursos constituídos e constituintes do momento histórico. Adiciona-se que os documentos analisados, por se tratar de documentos públicos, são entendidos como fontes escritas primárias. De acordo com Marconi e Lakatos (2017), as imagens contidas nesses arquivos também se enquadram na lógica de fontes primárias, uma vez que foram registradas pelos próprios autores da pesquisa.

É imperativo destacar que, como espaços e equipamentos para as práticas de lazer e esporte, foram consideradas as seguintes classificações: i) Academia ao Ar Livre; ii) Campo de Futebol; iii) Complexo Esportivo (oferta de três ou mais equipamentos com diferentes vocações); iv) Esportes Radicais; v) Ginásio; vi) Parque; vii) Piscina; viii) Pista de Corrida; ix) Playground/Parquinho; x) Praça; xi) Quadra Esportiva; xii) Salão Comunitário. Sob tal prisma, as instalações identificadas foram analisadas com referência no Formulário de Avaliação das Condições de Acesso, Uso e Permanência nos Espaços, adaptado do Protocolo de Análise dos Equipamentos Públicos de Esporte e Lazer desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (GEPLEC) em 2004. Nessa perspectiva, foram focalizadas as seguintes dimensões: a) dados gerais de identificação; b) segurança; c) iluminação; d)

acessibilidade; e) circulação; f) sanitários; g) lavatórios; h) mobiliário; i) estruturas de permanência; j) atividades desenvolvidas⁷.

Os dados obtidos foram organizados em planilhas do *Excel* 2016, tendo sua classificação baseada nos mesmos tópicos que referenciam as fichas catalográficas. Designaram-se conceitos para todos os espaços e equipamentos, sendo o conceito A (atende as necessidades) estabelecido caso a estrutura apresentasse todos os padrões de análise. Já o conceito B (atende parcialmente) foi concedido caso um ou mais padrões de análise não fossem identificados. Por fim, o conceito C (não atende às necessidades) se deu quando o espaço ou equipamento não apresentava nenhum dos padrões preconizados pelo formulário de análise. Por fim, cumpre mencionar que as ações preconizadas pelo Projeto ELO encontram-se aprovadas pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Ouro Preto, conforme parecer nº 3.928.074 (CAAE: 26073619.4.0000.5150), reconhecendo-o como projeto longitudinal.

Resultados e Discussão

Os dados analisados revelaram a distribuição dos espaços e equipamentos para as práticas de lazer e esporte no município de Ouro Preto e seus doze distritos, como se pode observar no Quadro 2. Foi possível verificar diferentes tipos de instalações, o que não representa um padrão preliminar de organização. Desta forma, o cenário encontrado não parece ser fruto da ação intencional do poder público com vistas à democratização das práticas de lazer e esporte, como defendem significativa parcela dos autores que se debruçam sobre os estudos do lazer (MARCELLINO; BARBOSA e MARIANO, 2015; UNGHERI e ISAYAMA, 2021; ROSA, 2017; BAHIA e FIGUEIREDO, 2017;

⁷ Este tópico não foi efetivamente contemplado na coleta de dados, uma vez que as visitas ao campo ocorreram no interregno da pandemia da COVID-19, quando estavam suspensas as atividades práticas presenciais de projetos, ações e eventos locais.

AROSTEGUY e GOMES, 2020; STIGGER e MYSKIW, 2019; RECHIA, 2003; NECA e RECHIA, 2020).

Ao contrário, este cenário demonstra o acúmulo de espaços e equipamentos isolados pelos territórios, poucas vezes animados culturalmente e desvinculados de uma política pública consolidada capaz de viabilizar sua apropriação pelas comunidades. Outro elemento a ser apreendido a partir dos resultados compartilhados é a priorização das ações do poder público na direção dos centros das cidades. Comparando as realidades da sede do município e dos distritos, os espaços e equipamentos analisados se concentraram desproporcionalmente na sede de Ouro Preto (MG). Indo mais além, tomando por base somente os distritos, foi evidente a convergência para as regiões que abrigam o centro social ou comercial da localidade.

Quadro 2: Distribuição dos espaços e equipamentos em Ouro Preto e seus distritos.

| Local | AAL | CF | CE | ER | GIN | PAR | PIS | PC | PLA | PRÇ | QE | SC | Total |
|--------------------------|-----|----|----|----|-----|-----|-----|----|-----|-----|----|----|-------|
| Ouro Preto - Sede | 18 | 7 | 11 | 1 | 0 | 3 | 0 | 0 | 2 | 24 | 12 | 13 | 91 |
| Amarantina | 1 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 | 10 |
| Antônio Pereira | 5 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 6 | 1 | 15 |
| Cachoeira do Campo | 4 | 3 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 6 | 3 | 18 |
| Engenheiro Correia | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 1 | 1 | 5 |
| Glaura | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 5 |
| Lavras Novas | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 1 | 6 |
| Miguel Bournier | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 3 |
| Rodrigo Silva | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4 |
| Santo Antônio do Leite | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5 | 3 | 2 | 14 |
| Santo Antônio do Salto | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 0 | 6 |
| São Bartolomeu | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 4 |
| Santa Rita de Ouro Preto | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 4 |

Legenda: AAL - Academia Ar Livre; CF - Campo Futebol; CE - Complexo Esportivo; ER - Esportes Radicais; GIN - Ginásio; PAR - Parque; PIS - Piscina; PC - Pista de Corrida; PLA - Playground; PRÇ - Praça; QE - Quadra Esportiva; SC - Salão Comunitário.

Fonte: Banco de dados do Projeto ELO.

Alguns dados em específico saltam aos olhos, como é o caso das doze praças vocacionadas às práticas de lazer e esporte nos distritos. Como ensinam Rechia e Betrán (2010), esses espaços devem ser entendidos para além da noção de circulação, transformando-se em lugares de encontro, atividades lúdicas, culturais e esportivas, consolidando-se como espaços cívicos. Um paralelo que se pode traçar em relação às praças diz respeito à temática da centralização dos espaços e equipamentos nas regiões centrais dos territórios, uma vez que a sede do município analisado apresentou o dobro de instalações quando comparada à somatória dos distritos. Todavia, cumpre relativizar esta análise com vistas à característica do Centro Histórico, sabidamente vocacionado ao turismo e que, por esse motivo, inclina-se à oferta de espaços para curta permanência de pessoas em trânsito pedestre.

Também chama atenção o volume de Academias ao Ar Livre (AAL) distribuídas pelo município e pelos distritos, totalizando 33 instalações. Para se ter ideia, com dados coletados em 2015, Rosa *et al.* (2017) estabeleceram um panorama espacial dos equipamentos de lazer em Ouro Preto e não apontaram nenhuma AAL. Isso não significa que essas estruturas inexistiam no período analisado, mas sugere que sua presença na cidade em tempos atuais é potente. Entretanto, ao avaliá-las ficou evidente sua insuficiência quanto às condições de uso e permanência.

Esses ambientes, de responsabilidade do poder público municipal (embora tenham AAL implementadas pelo poder estadual), mostraram-se aquém dos parâmetros mínimos para estímulo e qualificação das experiências de lazer vinculadas à prática de atividades físicas. Em adição, ressalta-se que sua inclusão na paisagem urbana também merece ser colocada à prova, uma vez que não contempla aspectos básicos de

acessibilidade e permanência. No caso de Ouro Preto, dadas as características do relevo territorial, foram observadas instalações que, mais do que inadequadas, parecem gerar risco à população, caminhando em sentido contrário ao que se espera dos equipamentos públicos de forma geral, como ilustram as imagens 1 e 2.

Imagem 1: Academia ao Ar Livre, bairro Novo Horizonte.



Fonte: Banco de dados do Projeto ELO.

Imagem 2: Academia ao Ar Livre, bairro Morro da Queimada.



Fonte: Banco de dados do Projeto ELO.

Na mesma direção, Anjos e Silva (2021) verificaram que a infraestrutura das AAL's em Campo Grande (MS) se apresenta deficitária, sobretudo por serem descobertas, não apresentarem banheiros, vestiários, bebedouros e lixeiras, além da falta de conservação dos aparelhos, que age negativamente sobre sua utilização social, concordando com nossa apuração, que aponta que 96,97% não atende à instância dos sanitários e 78,79% não atendem ao mobiliário. Logo, percebe-se que os dados

encontrados no presente estudo ensejam paridades em relação a outras pesquisas que se debruçaram sobre as AAL's em diferentes municípios e regiões do Brasil. Especula-se, então, que os problemas encontrados não parecem pontuais, pelo contrário, demonstram alguma fragilidade deste tipo de equipamento em se estabelecer como estrutura perene e qualificada para usufruto da população.

Em outra dimensão de análise, é possível se estabelecer um índice *per capita* de espaços e equipamentos, como se observa no Quadro 3:

Quadro 3: Índice *per capita* de espaços e equipamentos de lazer e esporte.

| LOCAL | EQUIPAMENTOS | HABITANTES | ÍNDICE |
|--------------------------|--------------|------------|--------|
| Ouro Preto - Sede | 91 | 34125 | 375,0 |
| Amarantina | 10 | 4079 | 407,9 |
| Antônio Pereira | 15 | 4439 | 295,9 |
| Cachoeira do Campo | 18 | 9510 | 528,3 |
| Engenheiro Correia | 5 | 289 | 57,8 |
| Glaura | 5 | 515 | 103,0 |
| Lavras Novas | 6 | 1035 | 172,5 |
| Miguel Bournier | 3 | 160 | 53,3 |
| Rodrigo Silva | 3 | 1283 | 427,7 |
| Santo Antônio do Leite | 14 | 1664 | 118,9 |
| Santo Antônio do Salto | 6 | 1072 | 178,7 |
| São Bartolomeu | 4 | 383 | 95,8 |
| Santa Rita de Ouro Preto | 4 | 2121 | 530,3 |

Fonte: Banco de dados do Projeto ELO.

A partir dos dados expostos é possível inferir que os territórios com menor densidade populacional tendem a apresentar melhores índices *per capita* de espaços e equipamentos públicos, o que pode encontrar diferentes explicações. Uma delas é a própria característica dos municípios/distritos menores, com até 1.000 habitantes, geralmente pouco urbanizados e com características próximas aos ambientes rurais. Logo, os tipos de propriedade e os modos de interação social e econômica que compõem a paisagem local caminham em direção contrária à concentração de pessoas e

imóveis. Ungheri e Isayama (2021) enfatizam que a gestão pública de territórios menores e menos populosos apresentam uma complexidade menor, em que pesem outros fatores que, na direção contrária, limitam a ação governamental nesses locais.

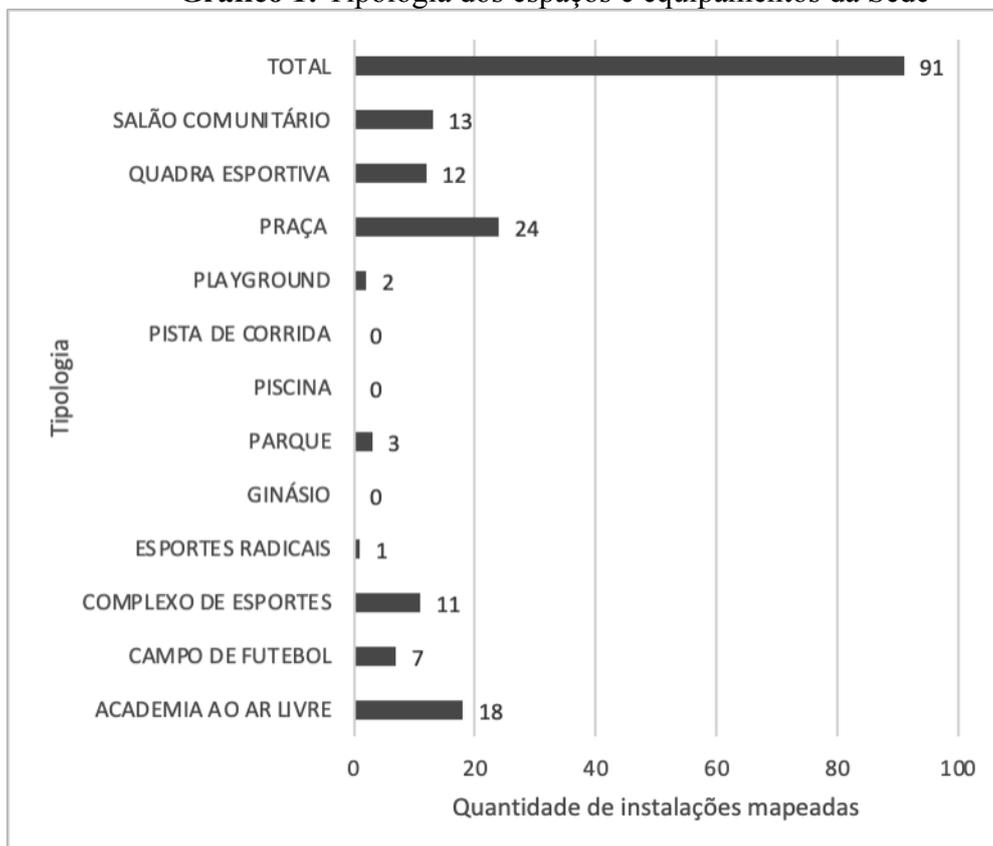
Também é possível refletir sobre a prevalência das diferentes tipologias de espaços e equipamentos públicos destinados às práticas de lazer e esporte. Os gráficos 1 e 2 traçam um paralelo entre a realidade da sede do município e dos distritos sob sua regência. Como argumentam Rosa *et al.* (2017), é urgente lançar luz aos diferentes tipos de equipamentos de lazer e esporte disponíveis, uma vez que suas respectivas configurações indicam, ou até mesmo definem, os interesses culturais passíveis de experimentação no local. Por exemplo, ao se deparar com uma piscina, a pessoa infere que o equipamento deva ser utilizado para prática de atividades aquáticas. Esse é um dos argumentos que sustentam a tese de que a variedade de espaços e equipamentos públicos guarda relações íntimas com a democratização do lazer e do esporte.

Na mesma direção, Faria, Santana e Rosa (2017) afirmam que os equipamentos localizados na região central de Ouro Preto são mais conservados, ao passo que em regiões mais afastadas (Sudeste, Sudoeste e Sul⁸) se observa uma desvantagem relacionada ao menor número de instalações disponíveis, sendo as existentes avaliadas como precárias em sua maioria. Essa é, de fato, uma problemática relevante para o objeto de estudos em questão, pois como destacam Rechia e Betrán (2010), equipamentos construídos longe da moradia dos indivíduos estimulam a sensação de não pertencimento, acarretando uma impopularidade que levaria à subutilização,

⁸ Relação de bairros que compõem as regiões da Sede: 1) Sudoeste e Oeste: Saramenha, Saramenha de Cima, Tavares, Vila Operária, Vila dos Engenheiros, Jardim Alvorada, Nossa Sr^a de Lourdes, Cabeças e Passa Dez; 2) Sul e Nordeste: Morro do Cruzeiro, Lagoa, Vila Itacolomy, Novo Horizonte, Pocinho, Jardim Itacolomy, Santa Cruz, Morro da Queimada, Morro Santana e Morro São João; 3) Leste e Noroeste: 13 de maio, Nossa Senhora da Piedade, Alto da Cruz, Caminho da Fábrica, Padre Faria, Taquaral, São Cristóvão, Água Limpa, Passa dez de cima; 4) Centro e Norte: Centro, Barra, Antônio Dias, Nossa Senhora do Pilar, São José, Rosário, Vila Aparecida, Alto das Dores, São Sebastião e São Francisco.

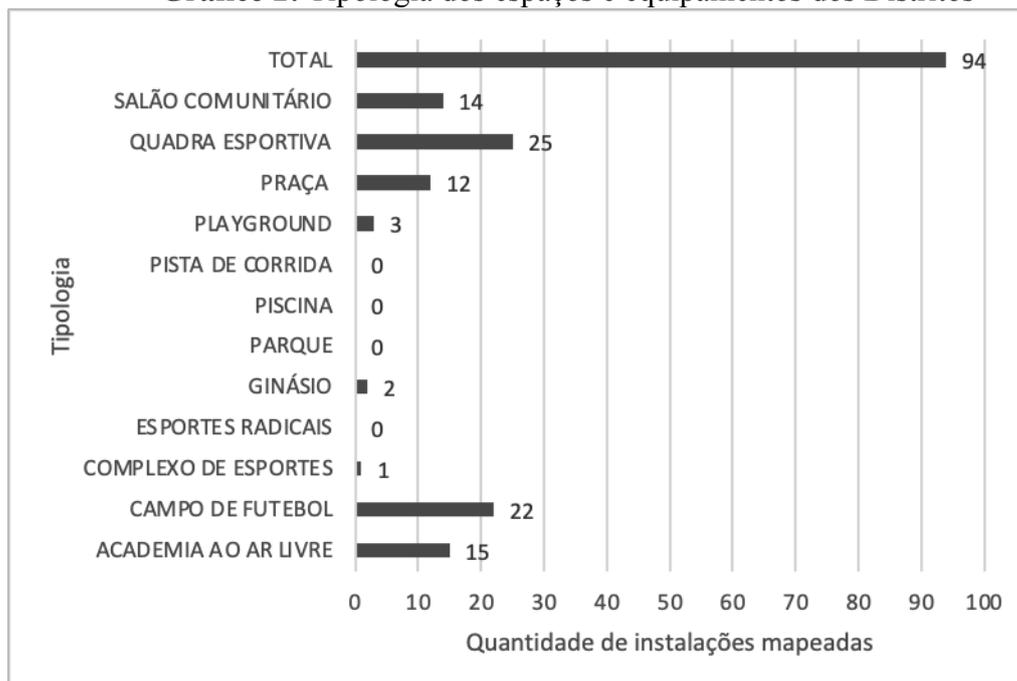
deprecação e abandono. Uma questão que pode intensificar esse processo é comumente experimentada em cidades cujo viés turístico protagoniza as ações governamentais. Não são raros os estudos que problematizam a questão (RECHIA E BETRÁN, 2010; SANTOS e ALVES, 2021; ROSA, 2017), geralmente apontando dissonâncias entre as iniciativas focalizadas na comunidade local e nos turistas, sendo esses últimos priorizados em função da contribuição econômica que conferem. Por esse prisma, o turismo é tratado como regulador das relações estabelecidas na cidade, que alça seus cidadãos ao *status* de coadjuvantes em relação às políticas de experimentação do ambiente urbano.

Gráfico 1: Tipologia dos espaços e equipamentos da Sede



Fonte: Banco de dados do Projeto ELO.

Gráfico 2: Tipologia dos espaços e equipamentos dos Distritos



Fonte: Banco de dados do Projeto ELO.

Pode-se dizer que a presença maciça dos campos de futebol, quadras e complexos esportivos era esperada, pois esse é um cenário relatado por vários estudos dedicado ao diagnóstico dos equipamentos de lazer e esporte no Brasil (UNGHERI e ISAYAMA, 2021; ROSA, 2017; SANTOS e ALVES, 2021; SEGUNDO *et al.*, 2020). Geralmente, o panorama apontado tende a direcionar as práticas realizadas nesses espaços pelo viés dos esportes coletivos, especialmente o futebol. Não se pretende negar o futebol como traço da cultura brasileira, muito menos sugerir sua retirada dos quadros de ações do poder público, mas provocar um debate sobre a inserção de práticas muitas vezes negadas em função de seu protagonismo.

Tenciona-se a questão a partir dos dizeres de Ungheri e Isayama (2021), quando afirmam que alguns municípios ampliam o rol de atividades praticáveis em seus domínios a partir da oferta de praças, ciclovias e arenas de esportes radicais, por exemplo. Para os autores, a diversificação dos espaços e equipamentos pode estimular novos hábitos na população e até mesmo atender demandas reprimidas e invisibilizadas pela ausência de mecanismos de participação popular. Porém, não se pode tirar do

horizonte a necessidade de se conceber espaços e equipamentos considerando a manutenção de sua vida social, ou seja, deve-se planejar os investimentos, destinando-se recursos físicos, profissionais e financeiros capazes de sustentar e gerenciar os espaços e equipamentos. De acordo com Bramante e Pina (2016), uma interpretação equivocada da utilização dos espaços para o esporte e o lazer é considerar que estes podem funcionar sem qualquer forma de gestão: “basta colocar o espaço à disposição das pessoas que tudo estará equacionado e resolvido” (p.08).

Os parques também chamaram atenção, mas pelo número diagnosticado, no qual 3 espaços foram localizados no Centro Histórico do município e nenhum nos distritos. Entende-se que o leque de opções de uso dessas estruturas poderia ser explorado pela administração municipal, dado o seu potencial educativo por vias intersetoriais, perpassando atividades físicas no meio ambiente, educação ambiental, turismo, eventos culturais, entre outros. Ao estudarem os parques de uma cidade com vocação turística, Santos e Alves (2021) denunciaram a ausência de políticas em torno dos usos de parques e de suas características específicas para a comunidade local, o que não parece ser uma exclusividade do município analisado pelas autoras.

É notável que a existência de um espaço ou de um equipamento público não significa a garantia do direito ao lazer e ao esporte, o que demonstra a necessidade de outras dimensões de ação no cotidiano das cidades, sendo uma delas a animação dessas instalações. Melo e Alves Junior (2012) tematizam conceitualmente a questão da animação cultural nos espaços e equipamentos destinados às práticas de lazer, tida como possibilidade de intervenção pedagógica a partir da busca por novas formas de encarar a realidade social, mobilização de diferentes linguagens, equilíbrio entre consumo e participação direta e recuperação de bens culturais.

Nessa esteira, cumpre salientar que os estudos de Lucas e Cleps (2020), Silva, Costa e Barbosa (2020), Santos e Alves (2021) e Segundo *et al.* (2020) se debruçaram sobre os equipamentos públicos de lazer e esporte em cidades brasileiras e identificaram a necessidade de se dar vida às instalações pelo viés da animação cultural nos espaços. Reverberando as palavras de Pina (2017), para que os espaços e os equipamentos de lazer e esporte não sejam “não lugares”, sua dinâmica deve ser identitária, relacional e histórica, transpondo a lógica de locais de passagem ou de visitas rápidas. Por essa abordagem, a ação de profissionais nesses lugares cumpre o papel de estabelecer referências sociais e culturais para seus frequentadores.

Por fim, é válido refletir sobre as condições de acesso, uso e permanência nos espaços e equipamentos analisados. O Quadro 4 compila os dados elencados na pesquisa, sendo importante lembrar que o conceito A (atende as necessidades) foi estabelecido caso a estrutura apresentasse todos os padrões de análise. Já o conceito B (atende parcialmente) foi concedido caso um ou mais padrões de análise não fossem identificados. Em suma, o conceito C (não atende às necessidades) se deu quando o espaço ou equipamento não apresentava nenhum dos padrões preconizados pelo formulário de análise.

O quadro identificado se mostra preocupante, haja visto que ampla maioria dos espaços e equipamentos analisados não atende às necessidades básicas de acesso e permanência por parte da população. Para se ter uma ideia, 4 deles obtiveram a classificação “A” em todas as dimensões, ou seja, apenas 2% das instalações de lazer e esporte disponíveis em Ouro Preto podem ser consideradas totalmente adequadas para uso da população. De forma ainda mais preocupante, a constatação de que 94% dos espaços não atendem aos quesitos de acessibilidade, evidencia o descumprimento de ordenamentos legais robustos, como o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), a Lei

Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) e o Plano Diretor do Município de Ouro Preto (OURO PRETO, 2006). Ao analisarem os equipamentos públicos de esporte e lazer em Governador Valadares (MG) quanto aos aspectos da acessibilidade, Dornellas *et al.* (2020) concluíram que das 22 instalações diagnósticas, apenas uma atendeu aos critérios de inclusão estabelecidos, ressaltando que no quesito acessibilidade arquitetônica, as condições estruturais somente atendem parcialmente aos requisitos básicos.

Quadro 4: Qualificação das estruturas e serviços de acesso e permanência dos espaços e equipamentos de lazer e esporte.

| Dimensão | Índices | | |
|----------------|------------|------------|-------------|
| | A | B | C |
| Segurança | 23 (12,4%) | 25 (13,5%) | 137 (74,1%) |
| Iluminação | 51 (27,5%) | 5 (2,7%) | 129 (69,8%) |
| Acessibilidade | 6 (3,2%) | 5 (2,7%) | 174 (94,1%) |
| Circulação | 15 (8,1%) | 32 (17,3%) | 138 (74,6%) |
| Sanitário | 4 (2,1%) | 17 (9,1%) | 164 (88,8%) |
| Mobiliário | 5 (2,7%) | 15 (8,1%) | 165 (89,2%) |

Fonte: Banco de Dados do Projeto ELO.

Em estudo realizado com dados coletados em 2015, Faria, Santana e Rosa (2017) classificaram o estado de conservação dos espaços e equipamentos públicos de Ouro Preto entre ótimo, bom, médio, ruim e abandonado. Concluíram que aproximadamente 52% deles apresenta condições que vão do médio ao abandonado, refletindo uma situação social aquém da desejada. Mesmo tendo utilizado métodos de coleta e análise de dados diferentes, o referido estudo e o presente manuscrito dialogam entre si, quando evidenciam a necessidade de se qualificar os serviços ofertados à população ouro-pretana.

Exemplificando a questão, Faria, Santana e Rosa (2017) perceberam que apenas 24% das instalações analisadas possuía lixeiras, 18% sanitários, 14% bebedouros e 8% vestiários. Em direção semelhante, aproximadamente 73% dos sujeitos da pesquisa de Silva *et al.* (2020) afirmaram não se sentirem satisfeitos com os espaços de lazer e

esporte em seu município, denunciando uma situação de abandono no contexto estudado. Por outro lado, Dornellas *et al.* (2020) demonstraram que, dentre os 35 equipamentos de esporte que analisaram, 80% das instalações estavam em boas condições de acessibilidade urbanística.

Outro ponto que merece atenção diz respeito às possibilidades de circulação nos espaços e equipamentos da cidade. Isso porque é imperativo correlacionar seus usos principais e combinados, ou seja, mesmo que uma praça seja utilizada para circulação de um espaço para o outro, é possível planejá-la de tal forma que se permita a realização de caminhadas, corridas, brincadeiras e até mesmo permanência em suas dependências. Rechia e Betrán (2010) argumentam que uma das possibilidades para efetivar o cenário especulado estaria na disposição de calçadas atrativas às pessoas, desde que ofereçam acessibilidade aos transeuntes. Ressalta-se que a presença e a circulação de pessoas pelos espaços da cidade trazem consigo, dentre outras vantagens, maior sensação de segurança pela apropriação dos cidadãos.

Por esse prisma, compreende-se a ideia de segurança por um viés que ultrapassa a presença de forças policiais, mas que, para além disto, advoga-se pela sensação de segurança que emana do pertencimento à cidade, do olhar vigilante que se compartilha entre as pessoas que têm seus caminhos cruzados com frequência. A condição urbana estaria, portanto, no protagonismo das relações sociais, uma vez que um poste aceso teria seu uso argumentado à facilitação da circulação primeiramente, não se justificando pela ausência de penumbra que causa medo e convida à violência.

Considerações Finais

A partir dos dados obtidos pelo estudo em tela, verificou-se a distribuição dos espaços e equipamentos de lazer e esporte em Ouro Preto / MG, sendo possível perceber

um significativo volume de instalações no território municipal. Nota-se, portanto, um bom potencial em relação ao incentivo às práticas corporais aos cidadãos locais, em que pese a necessidade de manutenção e animação dos espaços. Muitos deles não apresentam condições ótimas de acesso, uso e permanência.

Percebe-se a preocupante situação de conservação e de estruturas de permanência, o que inviabiliza a utilização dos equipamentos pela própria população. Outra questão que é um ponto de atenção na política pública é a acessibilidade, onde percebemos que a maioria não apresenta estruturas básicas como pisos planos e rampas de acesso à população com algum tipo de limitação física. Outro fator que chama atenção é a distribuição geográfica dos equipamentos e a relação com seu estado de conservação, onde foi percebido que os equipamentos encontrados nas regiões centrais são melhor conservados que os encontrados nas demais regiões (Sul, Sudoeste e Sudeste), o que pode estar relacionado ao potencial turístico da região.

Também se fez importante analisar a influência do espaço e sua vocação, relacionando ao índice de equipamentos por habitante, onde percebe-se que regiões com menor número de habitantes possuem uma tendência a valorização dos espaços locais e conseqüentemente uma maior qualificação. Por fim, reafirma-se a necessidade de se dar vida às instalações pelo viés da animação cultural nos espaços. A sensação de pertencimento e o interesse para usufruto dos equipamentos disponíveis e analisados, pela população local, passa pela garantia desta abordagem, haja visto o potencial vocacional das instalações. Todo o escopo de análise em questão não cumpre outra missão, que seja diferente do suporte necessário à garantia dos direitos sociais constitucionalmente estabelecidos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laís; SARAMAGO, Guilherme; VALENTE, Lucia; DE SOUSA, Angélica. Análise documental e sua contribuição no desenvolvimento da pesquisa científica. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 51-63, 2021.

ANJOS, Vitor. A. A.; SILVA, Júnior. V. P. Políticas de promoção da saúde em academias públicas de Campo Grande - MS, Brasil. **Revista Retos**, v.39, n.1, p.379-387, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47197/retos.v0i39.79382>.

AROSTEGUY, Agustín; GOMES, Christianne. Palpable cities: leisure in the contemporary urban geographies: a theoritical discussion. **European Journal of Cultural Management and Policy**, v. 10, n. 2, p. 39-49, 2020.

BAHIA, Mirleide; FIGUEIREDO, Silvio. O direito à cidade: reflexões sobre espaço público e lazer. In: AZEVÊDO, Paulo Henrique; BRAMANTE, Antonio Carlos. **Gestão estratégica das experiências de lazer**. Appris: Curitiba, 2017.

BAUER, Martin; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2.ed. Editora Vozes: Petrópolis, 2002.

BRAMANTE, Antônio C.; PINA, Luiz W. **Formação em programas sociais: PELC e vida saudável**. Educação à distância – EaD. Ministério do Esporte. Universidade Federal de Minas Gerais. 2016.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Lei Federal Nº 10.741** de 1 de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Lei Federal Nº 13.146** de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF, 2015.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009. 380 p.

CHAUÍ, Marilena. Produtividade e humanidades. **Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 45 - 71, 1989.

COUTO, Ana Cláudia Porfírio; DA SILVA, Luciano Pereira; ROQUE, Camila Evelin; ALVES, Glauce Teixeira. **Políticas públicas de esporte e lazer**: Centro MG da Rede Cedes. Belo Horizonte: Utopika, 2019. 177 p.

DORNELLAS, Liege; NASCIMENTO, Anselmo; MACIEL JUNIOR, Mauro; GONÇALVES, Meirele; LAHR, Silvana. Espaços de lazer esportivo em Governador Valadares/MG: possibilidade de inclusão de pessoas com deficiência. In: GRILLO, Rogério; SWERTS, Márcio. **Educação Física e Ciências do Esporte: uma abordagem interdisciplinar**. 1.ed. v.2. Editora Científica Digital, 2020.

FARIA, Ketlen Cristina Torres; SANTANA, Jaqueline de Oliveira; ROSA, Maria Cristina. In: ROSA, Maria Cristina (Org.). **Equipamentos de lazer e esporte de Ouro Preto: contribuição para as políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

GARCIA, F. E. S. **Cidade espetáculo**: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ISAYAMA, Hélder Ferreira. **Formação e atuação profissional em políticas públicas de esporte e lazer**: estudos e pesquisas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. 328 p.

LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. 5 ed. Centauro Editora, 2009.

LUCAS, Fabrício; CLEPS, Geisa. Espaço público e lazer: reflexões a partir da cidade de Uberlândia – MG. **Revista Caminhos de Geografia**: Uberlândia, v. 21, n. 76, p. 231-248, 2020.

MARCELLINO, Nelson Carvalho; MORENO, Suelly Therezinha Santos. Lazer, recreação e formação profissional. **Licere**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, 2006.

MARCELLINO, Nelson; BARBOSA, Felipe; MARIANO, Stephanie. Espaços e equipamentos de lazer: apontamentos para uma política pública. *In*: MARCELLINO, Nelson (Org.). **Políticas públicas de lazer**. 2 ed. Campinas: Alínea, 2015.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos da metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARIANO, Stéphanie Helena. Políticas públicas de lazer em cidades de pequeno porte de regiões metropolitanas. **Licere**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2008.

MELO, Victor Andrade de; ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao Lazer**. 2.ed. Editora Manole, 2012.

NECA, Bruno; RECHIA, Simone. Tarifa Domingueira: uma policy analysis de uma política pública de incentivo à circulação na cidade de Curitiba – PR e os impactos no âmbito do lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, 2020.

NEGT, Oskar. Espaço público e experiência. *In*: PALLAMIN, Vera (Org.). **Cidade e cultura**: esfera pública e transformação urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

OURO PRETO. **Plano Diretor do Município de Ouro Preto**. Lei Complementar N° 29 de 28 de dezembro de 2006. Ouro Preto, MG, 2006.

PINA, Luiz. Os equipamentos de lazer como cenário das experiências e das atividades no tempo livre. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, 2017.

RECHIA, Simone. **Parques públicos de Curitiba**: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer. Tese de doutorado: Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: SP, 2003.

RECHIA, Simone; BETRÁN, Javier. Parques urbanos de Barcelona: relações entre usos principais e combinados, a diversidade nas formas de apropriação e a segurança. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 181-202, 2010.

RIBEIRO, Fernando. **Novos espaços para esporte e lazer:** planejamento e gestão de instalações para esportes, educação física, atividades físicas e lazer. São Paulo: Ícone Editora, 2011.

ROSA, Maria Cristina (Org.). **Equipamentos de lazer e esporte de Ouro Preto:** contribuições para as políticas públicas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

ROSA, Maria Cristina; SANTANA, Jaqueline; PIRES, Cleverson; SILVA, Simone. Espacialização dos equipamentos de lazer em Ouro Preto na perspectiva de um sistema de informações geográficas. *In:* ROSA, Maria Cristina (Org.). **Equipamentos de lazer e esporte de Ouro Preto:** contribuições para as políticas públicas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

RUA, Maria das Graças. **Avaliação de políticas públicas.** 1 ed. Mimeo, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Reinventar a democracia:** entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. Oficina do Centro de Estudos Sociais: Coimbra, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** 9 ed. Editora Record, 2002.

SANTOS, Stefane; ALVES, Cathia. Políticas públicas: os parques da cidade de Salto – SP e o lazer. **Corpoconsciência**, Cuiabá, v. 25, n. 1, p. 105-120, 2021.

SEGUNDO, Paulo; TRIANI, André; MACIEL, Kathlen; ALECRIM, João; PIRES, Gilberto. Condições físicas dos espaços públicos de lazer e esporte da cidade de Boa Vista – RR. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 84 – 98, 2020.

SILVA, Francisco; COSTA, Jean; BARBOSA, Raoni. A fruição do tempo livre nos espaços e equipamentos de lazer na cidade de Mossoró – RN. **Sociabilidades Urbanas:** Revista de Antropologia e Sociologia, v. 4, n. 10, p. 81-104, 2020.

SOARES, Márcia Miranda; ISAYAMA, Helder Ferreira; PINTOS, Ana Elenara. **Monitorando e avaliando políticas públicas de esporte e lazer no Brasil:** a experiência dos programas esporte e lazer da cidade (PELC) e vida saudável (VS). Campinas: Autores Associados, 2018. 224 p.

STIGGER, Marco; MYSKIW, Mauro (Orgs.). **Políticas públicas de esporte e lazer:** olhares e experiências na perspectiva do direito social. Editora Unijuí, 2019.

UNGHERI, Bruno Ocelli. **Políticas sociais de esporte e lazer:** institucionalização e municipalização no contexto do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Tese (Doutorado em estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, Belo Horizonte, 2019.

UNGHERI, Bruno; ISAYAMA, Hélder. Equipamentos públicos de lazer e esporte: o cenário institucional de municípios que implementaram o Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, 2021.

Endereço dos(as) Autores(as):

Bruno Ocelli Ungheri

Endereço Eletrônico: bruno.ungheri@ufop.edu.br

Aládia Cristina Rodrigues Medina

Endereço Eletrônico: aladiamedina34@gmail.com

Brisa de Assis Pereira

Endereço Eletrônico: brisadeassis@hotmail.com